CONCLUSÃO

João Luís Fernandes
Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

A viagem que agora termina é apenas um ponto de partida. Entre as questões legais e os enquadramentos formais, as abordagens mais teóricas e as perspetivas operacionais, a problematização de áreas matriciais como a comunicação e a educação e o percurso por diferentes geografias e territórios de risco, este é um caminho que deve prosseguir, com novas abordagens e problematizações, com outros percursos e estudos de caso. Estes são temas que não se esgotam e que beneficiam da experiência, das janelas diversificadas de observação e dos contributos plurais de diferentes especialistas, operacionais e académicos.

Ao longo desta obra discutiu-se a importância de um sistema integrado de Proteção Civil e de uma quadro legal que promova uma maior integração de meios, com efeitos diretos na eficácia, na confiança e na segurança dos cidadãos. Nestes casos, aos textos legais e de enquadramento, devem juntar-se planos detalhados de ação.

Neste ponto de vista em particular, discutiu-se o ciclo de gestão da emergência, integrando diferentes etapas, às quais se deve juntar a denominada "progrição", que envolve o princípio da participação, da aprendizagem contínua e da resiliência.

Neste ciclo, alguns autores destacaram o papel das comunicações no terreno e nas diferentes tarefas operacionais enquanto condição para a organização de respostas eficientes.

Seguindo diferentes pontos de vista, o tema da comunicação esteve presente em vários capítulos. A discussão pública dos riscos, o mediatismo e a popularidade das notícias negativas, que garantem mais audiências e, por isso, um maior retorno económico, promove um sistema que poderá inverter os polos desta equação. Na verdade, mais do que a necessária e atempada informação consciente do risco, poder-se-á entrar na evocação superficial dos medos de uma população que, desta forma, estará sujeita a manipulações.

Talvez por isso, ou para evitar estes desequilíbrios, a educação para o risco ocupou uma parte deste trabalho que agora se publica. A sala de aula foi apresentada como um espaço de discussão e problematização de processos como as alterações climáticas, em particular a eficiência energética. Enquanto antecâmara da visita de estudo e como porta para o mundo, esta sala aberta e de interrelação foi discutida também enquanto território de experimentação e encenação de riscos que podem ser estudados no terreno. Para além disso, sendo a escola também um território de risco em si, um dos textos foca-se nas dinâmicas de integração de alunos mais vulneráveis, em particular os alunos com diagnóstico da síndrome de Asperger.

Também através deste livro, saiu-se da sala de aula e viajou-se, desde logo para o litoral português e para um outro tempo. Numa perspetiva histórica, regressou-se ao século XIX e evocaram-se as obras, como a construção e recuperação de faróis e molhes, que contribuíram para a atenuação dos riscos nestes espaços geográficos frágeis.

Com estudos de caso portugueses, brasileiros, espanhóis e moçambicanos, problematizaram-se os efeitos locais das alterações climáticas e das dinâmicas demográficas, sinalizaram-se os riscos de inundações em espaços urbanos e questionaram-se as respostas, inquiriram-se populações e compararam-se trajetórias, analisaram-se as estratégias reativas, mas reclamaram-se as atitudes preventivas. Acima de tudo, em diferentes contextos geográficos, sublinhou-se o necessário envolvimento das populações.

Este mundo dos riscos, da segurança e da proteção civil também partilha dos princípios da democratização e das responsabilidades partilhadas que serviram de mote a este encontro e a esta obra.